

Brossard critica Geisel e afirma que "é tarde mas ainda é tempo"

O conteúdo político da mensagem presidencial ao Congresso foi analisado ontem pelo líder oposicionista Paulo Brossard em longo discurso de quarenta e nove laudas datilografadas, o qual é encerrado com uma advertência aos que chamou de poderosos: «os caminhos do arbítrio nunca levaram a bom sucesso. É tarde mas ainda é tempo».

No início de sua análise crítica, Brossard contestou a mensagem com indagações sobre o andamento de problemas considerados de exclusiva competência da área governamental. Nesse sentido, afirmou que o Presidente «tem coragem de falar em estrutura falha e emperrada do Judiciário, quando problemas na sua área casos de suma gravidade se vão eternizando sem solução».

Depois de citar alguns desses casos, como o inquérito aberto na Sudepe, a paralisação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o caso Párasar, o líder do MDB concentrou grande parte de suas críticas no «pacote de abril» e no processo sucessório por ele implantado, principalmente na figura do senador «biónico».

Para Brossard, a Reforma do Judiciário não passou de um «pretexto para o golpe que vinha sendo alimentado no sentido de mais afastar o povo das decisões políticas». Sempre citando reforma entre aspas, por entendê-la inexistente, o senador prosseguiu:

— Graças à «reforma do Judiciário», os governadores podem ficar no Governo até as vésperas do pleito e disputar o mandato, com o emprego de todo o prestígio, força, recursos e coerção do poder, como nos tempos de República Velha; graças à «reforma do Judiciário», a Lei Falcão foi erigida na regra de ouro de todas as eleições.

Brossard disse ainda que, a pretexto de efetuar as reformas, o presidente Geisel rompeu com um juramento de manter, defender e cumprir Constituição. E, sobre o aniversário do «pacote», observou: «Se o Sr. Presidente da República tiver o que nos recomenda, um pouco de humildade, veja a cratera aberta pelo «pacote» no tecido social e político da nação».

O líder da oposição, depois de conceituar o «pacote» como a representação de «mais alto grau do absolutismo pessoal», criticou a apologia dos senadores indiretos, que, segundo a mensagem presidencial, seriam «personalidades brilhantes e altamente representativas dos respectivos estados».

— O conceito presidencial, tendente a justificar o injustificável, envolve grave censura aos quarenta e tantos senadores da Arena e uma ingratidão aos serviços que eles têm prestado ao Governo.

A tese do presidente Geisel, contida em sua mensagem, para tornar o Senado imune às grandes mutações ditadas por variações ocasionais, foi classificada por Brossard como «surpreendente». Entende o senador do MDB que não se pode distinguir as grandes mutações eleitorais em ocasionais e não ocasionais.

A afirmação presidencial, para o líder, «é a confissão de conservantismo político e de resistência às mudanças desde que originárias do povo». Lembrando Napoleão Bonaparte, Brossard referiu-se ao restabelecimento da monarquia com a criação do Senado conservador, que não logrou resultado, pois os senadores conservadores acabaram por destronar o então imperador.

VERDADE SILENCIADA

Nas atitudes tomadas pelo Governo, o senador Brossard vê o propósito de afastar o MDB dos governos e da maioria do Senado, uma verdade pública, segundo o senador, mas que o Governo vem tentando ocultar. Depois de juntar artigos publi-



Foto de Milton Guran

Brossard entrega a Virgílio Távora (autor da resposta ao seu discurso anterior, após consulta ao Planalto), uma cópia do seu discurso de ontem, ainda sobre Geisel

cados na imprensa para corroborar sua afirmação, o líder passou a criticar o aumento do mandato presidencial.

— Mesmo nas democracias mais relativas, atos de tal absolutismo seriam inconcebíveis — afirmou, referindo-se ao aumento do período presidencial de 5 para 6 anos. A alteração, consequência das reformas de abril, na opinião do senador gaúcho, foi um desvio da tradição republicana e inspirada na Carta de 37.

Para contestar a justificativa da mensagem — reajuste de mandatos presidencial e parlamentar — assim se manifestou: «É inacreditável que o chefe do Governo, dirigindo-se à nação através do Congresso, faça afirmação materialmente incorreta». Para ele, o desajuste continuará a existir e ocorrerá a coincidência, de 12 em 12 anos, de eleições para a Presidência, para a Câmara e parte do Senado. «É zombar do Congresso e fazer pouco da nação», arrematou.

SUCESSOR

O processo de escolha do próximo Presidente sem que o povo fosse consultado foi condenado pelo líder do MDB, recebendo aplausos de apoio de toda a bancada oposicionista:

— Não é possível que a nação continue a assistir como mera testemunha, a Presidência da República, com seus poderes sem fim, passar de mão em mão, por decisão pessoal dos chefes de Governo uns após outros.

Acrescentou ainda que este processo poderá continuar, uma vez que o Governo é detentor da força. Mas advertiu que cada vez que isto suceder, «mais o Governo estará se afastando do povo e não há Governo, por armado que seja, que possa viver indefinidamente sobranceiro do povo».

MAGALHAES PINTO

Referindo-se à homologação do nome do general Figueiredo, na Convenção da Arena, Brossard lembrou o candidato dissidente do partido do Governo: «Terminada a cerimônia, que o Sr. Magalhães Pinto chamou de farsa, e o Sr. Magalhães Pinto sabe o que diz, começou a trágica cena da escolha dos governadores».

O senador, depois de repetir sua advertência «é tarde, mas ainda é tempo», finalizou lembrando que «enquanto se sucedem as melancólicas cenas palacianas, e por aí se ouvem risos e ranger de dentes, cresce a inconformidade da nação, o cansaço e a desesperança se alastram».